



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS DUMONT ¹

Estado de Minas Gerais

"Terra do Pai da Aviação"

Ofício n.º 182 /2021

Informação-faz

Santos Dumont, 17 de Dezembro 2021.

Sr.

José Alves Viana

DD. Conselheiro do TCE/MG

Com os nossos respeitosos cumprimentos, vimos informar o andamento das providências relacionadas às recomendações enviadas pelo Tribunal de Contas do Estado:

2.1 – A consolidação das leis, tributárias do município foi finalizada e enviada para a Câmara Municipal de vereadores para aprovação; (Anexo 1)

2.2 – Quanto à planta genérica e recadastramento, foi feito levantamento de custas pela Secretaria de Administração para a contratação do serviço através de processo licitatório; (Anexo 2)

2.2.1– Quanto a ocupação e utilização do solo, esta regulamentada na nova legislação tributária (Anexo 1);

2.3 – A lei instituindo a progressividade de alíquotas para IPTU na modalidade graduada, terrenos subutilizados ou não utilizados, quanto a inclusão no Plano Diretor determinando parcelamento, edificação ou utilização ou a utilização compulsória do solo urbano em suas diversas modalidades esta inserida na Legislação Tributária do Município;

(Anexo 1)

2.4 – Quanto ao setor responsável pela gerência e atualização do cadastro imobiliário, já consta em nosso organograma o setor responsável, juntamente com o funcionário designado para tal atividade; (Anexo 3)

II – A documentação para firmar o convênio com a COPASA, CEMIG e ARSAE/MG, foram reenviados ofícios solicitando o envio da relação da documentação necessária para firmar os convênios.



III – A normatização e implementação do procedimento de envio anual das informações sobre registros, construções, reformas, acréscimos, habite-se, loteamento, desmembramentos e modificações inclusive de uso ocorridas em imóveis e loteamentos, esta no novo Código Tributário na parte de lançamentos; (Anexo 1)

2.5 – I – Implantar e implementar o planejamento de ações fiscais tributárias, dependem de concurso público(suspenso devido a pandemia) devido a falta de fiscais no quadro de funcionários municipais;

II – Os Instrumentos para Realização de Ação Fiscal seguem anexos;

III – Os cartórios foram cadastrados em nome de seus titulares e as autuações, infrações e execuções fiscais contra o CPF do titular do cartório;

V – A apuração e lançamento dos contribuintes enquadrados no simples nacional são feitas através do PGDAS-D.

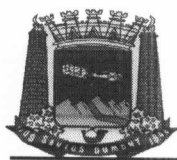
2.6 – Estruturação do plano de carreira de Técnico Fiscal Fazendário para aumentar o número de vagas (CONCURSO) e, em consonância com a essencialidade e a priorização de recursos prevista constitucionalmente para a função (artigo 37, XXII – CF/88), adotar a gratificação por produtividade, com base no § 7º do artigo 39 da CF/88, vinculada ao desempenho da arrecadação em relação a metas a serem fixadas pela administração tributária. Quanto a esta providência, foi encaminhado ofício ao Chefe do Executivo para resolução que deverá aguardar o início do próximo exercício (2022) para sua vigência, ressaltando que já esta pronta a minuta da lei que será enviada a Câmara Municipal;

I– Concurso Público (Provisionamento de Cargos de Técnico Fiscal Fazendário), suspenso devido ao período pandêmico pelo qual atravessa o país;

2.7 – I – Valor mínimo para ajuizamento de cobrança judicial em função do custo total de uma ação de execução fiscal – Já existe lei regulamentando tal feito;

II – Determinar que nas peças orçamentárias do município (LDO e LOA) para os próximos exercícios seja inserida dotação destacada e específica para aparelhamento e modernização da administração tributária; (Já consta na LDO e LOA)

2.8 – Convênio com Cartório de Protestos está firmado pelo executivo. (Anexo 4)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS DUMONT
Estado de Minas Gerais
"Terra do Pai da Aviação"

3

Renovando protestos de estima e distinta consideração, despedimo-nos.

Cordialmente

Luciomar de Carvalho Ribeiro
Servidor do Departamento Jurídico